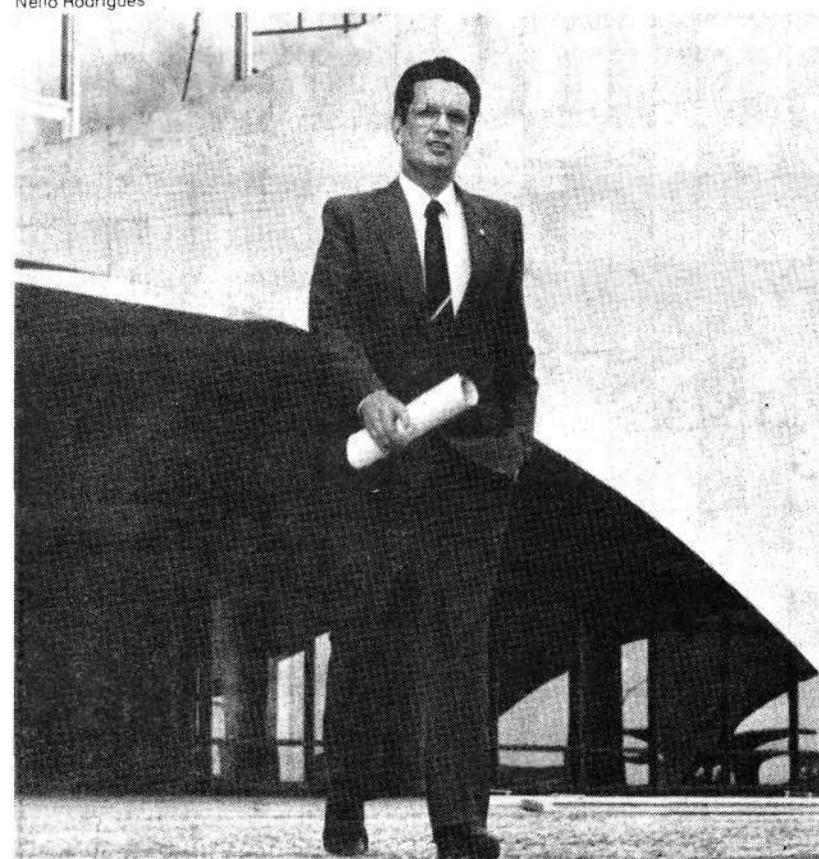


ANC P5



Chiarelli afirma que Sarney quer monopólio para o petróleo

## Sarney quer preservar setor da informática

O presidente José Sarney disse ontem ao líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, que considera dois pontos básicos a serem preservados pelos constituintes: a preservação da reserva de mercado para o setor de informática e o monopólio do petróleo. Segundo o senador, o presidente reafirmou sua posição "muito clara" quanto à manutenção da reserva para a informática, mas não a criação para outros setores.

Sarney, conforme relatou Chiarelli, após audiência no Palácio do Planalto, disse que não vê motivos para a inquietação com a presença do capital estrangeiro no

país, desde que seja disciplinado por lei.

— Não há motivo para impor barreira a fim de impedir que a economia brasileira se internacionalize. Por isso, não tem motivo para estender os regimes cartoriais e a reserva para outros setores — observou o líder.

No entender de Chiarelli, a entrevista de Sarney, quarta-feira, quando disse ser contra a reserva de mercado de uma maneira global, vai influir nas decisões da Constituinte. Chiarelli acha que a reserva para a informática será mantida na futura Constituição.

## Assembléias recolhem sugestões para Carta

Florianópolis — As assembléias legislativas do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul vão ouvir até agosto as sugestões de diversos setores da população dos três estados com vistas à elaboração de propostas a serem apresentadas à Assembléia Nacional Constituinte. A iniciativa é da UPI (União Parlamentar Interestadual).

Juarez Furtado, presidente da UPI, afirma que a entidade reunirá seus integrantes no dia 6 de agosto, em Porto Alegre, para, a

partir das sugestões colhidas junto à sociedade, elaborar o documento final, a ser apresentado à Constituinte até o dia 10 do mesmo mês. Deverão constar do documento as prioridades definidas por cada estado da região Sul.

Posteriormente, segundo Juarez Furtado, a UPI iniciará um novo trabalho junto às assembléias legislativas, prefeitos e vereadores com a finalidade de ouvir as bases e coletar subsídios para a elaboração das constituições de cada estado.

# Ulysses prega avanços no projeto de reforma agrária

Ao encerrar ontem no Auditório Petronio Portella, no Senado, a marcha a Brasília por uma Constituinte "progressista", realizada pela União de Vereadores do Brasil (UVB), o Ulysses Guimarães pregou a reforma agrária e maiores direitos para o trabalhador e o servidor público: "é preciso honrar a palavra reforma que significa mudar, mudar para melhor, para frente, para resolver de vez o problema social", disse.

Ulysses Guimarães foi recebido com muita frieza pelos quase mil vereadores. Quando o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, discursou, apontando-o como "símbolo da resistência democrática", chegou a haver um ensaio de vaia, que não prosperou. Talvez, por isso, Ulysses, ao falar aos vereadores, assumiu um tom de palanque e optou por posições "progressistas".

"Estou certo de que no final dos trabalhos constituintes vamos atuar juntos e elaborar uma constituição "progressista", moderna, contemporânea, andarilha. A Constituinte deve ficar sob o lema da nossa bandeira. Não existe ordem sem progresso, e não pode haver ordem com miséria e injustiça social. Constituir é preciso, principalmente constituir uma vida decente e digna para todos os brasileiros", afirmou.

Os vereadores realizaram o encontro e deixaram para a Constituinte a carta de Brasília, na qual criticam a influência dos "conservadores" no trabalho constitucional e reivindicam posições "progressistas" e democráticas.

### Entrega de documento

Colocando-se frontalmente contra a prorrogação do mandato de prefeitos e vereadores para 89 — mandato tampão — e pregando eleições diretas para presidente no ano que vem, a União dos Vereadores do Brasil (UVB), representada por 1.500 vereadores,

## Cabral contesta vereadores

Ao discursar ontem perante cerca de mil vereadores que realizaram a marcha a Brasília por uma Constituinte "progressista", o relator da Comissão de Sistematização da Assembléia, deputado Bernardo Cabral, afirmou que "o homem, que manda nesta Constituinte vai fazer com que o retrocesso da reforma agrária acompanhe os avanços da ordem social".

O relator respondia a uma crítica genérica feita pelos vereadores, segundo a qual as

entregou documento ontem ao presidente da Assembléia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, no qual solicita a garantia de alguns princípios básicos a serem incluídos na Nova Carta Constitucional.

Entre estes princípios, incluem-se reforma agrária e urbana que contemplem os interesses dos trabalhadores e do povo brasileiro, demarcação das terras indígenas, uma reforma tributária que devolva aos municípios brasileiros o que lhes pertence de direito e o retorno das prerrogativas de legislar sobre financeira, administrativa, orçamentária e tributária.

Mais adiante, os vereadores pedem a autonomia e independência dos Poderes, imunidade e inviolabilidade parlamentar em todo o território nacional, direito de formular políticas municipais e elaborar leis orgânicas, além das garantias das liberdades democráticas. Com relação ao tema das eleições, os vereadores fecham questão na adoção do voto proporcional, bem como o estabelecimento do mandato de quatro anos para prefeitos, vereadores e Presidente da República, excluindo portanto, os deputados.

Reunidos há três dias, os vereadores analisaram os oito relatórios das comissões temáticas, e não gostaram do que viram. De acordo com o presidente da UVB, vereador Paulo Silas Alvarenga de Melo, da cidade paulista de Taboão da Serra, a nação foi traída pela evidente vitória das forças "conservadoras" na primeira fase de elaboração da Constituinte. Assim, quando iniciarem-se as votações em plenário da Constituinte, depois de passar pela Comissão de Sistematização, a UVB colocará cerca de 200 vereadores de plantão, em sistema de rodízio, como forma de pressionar os parlamentares, no sentido de que elaborem um texto constitucional mais democrático e "progressista".

comissões temáticas da Assembléia haviam consagrado muito reacionarismo no trabalho constitucional. E Bernardo Cabral contestou, lembrando os avanços alcançados na Comissão da Ordem Social, e acabou prometendo compatibilizá-los com a reforma agrária.

Bernardo Cabral fez também um alerta contra o "lobby", ac salientar para os vereadores que "não há possibilidade de grupos econômicos entrarem aqui" com a finalidade de impor vontades.



Os vereadores reivindicam independência para os municípios

## Chaves esclarece propostas

Rio — O anteprojeto da Subcomissão de Municípios e Regiões, da Assembléia Nacional Constituinte, obteve algumas conquistas importantes para beneficiar os municípios brasileiros, como a sua autonomia em relação ao estado e à própria União, afirmou, ontem no Rio, o deputado Aloysio Chaves (PFL-PA) — relator da matéria — ao fazer palestra para prefeitos durante o XII Congresso Nacional de Municípios.

O constituinte destacou dentro da autonomia municipal a sua organização político-administrativa envolvendo, também, a arrecadação tributária procedente da União e do estado que será repassada aos municípios "para que eles possam atender a todos os múltiplos encargos a serem detalhados pela nova Constituição".

Aloysio Chaves ressaltou, ainda, a criação de uma justiça municipal, contida no anteprojeto, que terá a finalidade de julgar as pequenas causas em processos

sumaríssimos, além da implantação da Justiça de Paz e de Menores, dentro de cada município.

Foi assegurada, também, pela subcomissão de municípios e regiões, a imunidade parlamentar para os vereadores, maior autonomia da Câmara Municipal, como a remuneração dos prefeitos e o número de vereadores de cada casa municipal.

O Congresso Nacional de Municípios, que está contando com a participação de mil prefeitos brasileiros, tem como objetivo fornecer subsídios aos constituintes nas questões envolvendo o mandato de prefeito e vereador, a autonomia municipal, a reforma tributária.

Estão participando os constituintes Prisco Viana, José Fogaça, Aloysio Chaves, José Bisol, José Serra e outros. O deputado Ulysses Guimarães deve encerrar os trabalhos, hoje, recebendo as sugestões dos prefeitos.